

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação sexual, sexualidade e gênero e diversidade sexual

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Solange Aparecida de Souza Monteiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação sexual, sexualidade e gênero e diversidade sexual
/ Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro.
– Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-627-0

DOI 10.22533/at.ed.270200112

1. Educação sexual. 2. Sexualidade. 3. Gênero sexual.
4. Diversidade sexual. I. Monteiro, Solange Aparecida de
Souza (Organizadora). II. Título.

CDD 613.96

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

Toda prática educativa libertadora, valorizando o exercício da vontade, da decisão, da resistência, da escolha; o papel das emoções, dos sentimentos, dos desejos, dos limites; a importância da consciência na história, o sentido ético da presença humana no mundo, a compreensão da história como possibilidade jamais como determinação, é substancialmente esperançosa e, por isso mesmo, provocadora da esperança. (Paulo Freire)

Na última década, percebemos um conjunto de resistências no processo de tratamento da temática de gênero e diversidade, principalmente nas instituições escolares. Enraizado num fundamentalismo religioso, esse assunto vem sendo covardemente atacado pelas alas conservadoras da sociedade, as quais têm (re) produzido discursos de ódio na tentativa de deslegitimar e/ou distorcer esse campo de discussão. Educar numa matriz que (re)conheça a emergência do debate acerca das temáticas de gênero e diversidade no contexto escolar, consiste numa proposta de educar em direitos humanos, ou seja, educar para um processo de humanização e respeito mútuo entre os sujeitos. Sob esse viés, entendemos que a dinâmica dos espaços e das relações sociais se encontra permeada de questões, contudo, o contexto escolar por sua vez, é o lócus privilegiado para tratamento dessa temática, dada a diversidade de sujeitos/as e experiências que advém de diferentes espaços socioculturais.

As pessoas têm direito ao acesso ao conhecimento, numa permanente reflexão crítica, o que lhes possibilita avaliarem, analisarem o seu cotidiano, as suas ações e atitudes. Porque sem o acesso ao conhecimento científico não podemos ser sujeitos críticos, a educação sexual emancipatória e as teorias do pensamento crítico, pois não temos como ser críticos se formos orientados e pautados em equívocos teóricos, em erros e mentiras nas práticas vivenciadas. A partir das análises dos documentos em sua totalidade, foi registrado, a cada instante, o respaldo que a educação sexual emancipatória e uma ação pedagógica críticoreflexiva recebem desses documentos oficiais, assim como o amparo legal que docentes possuem de maneira direta ou indireta, para realizarem intervenções sobre a temática sem medos, repressões ou perseguições. Desta forma, as reflexões sobre os documentos oportunizaram observar sua potencialidade, bem como registrar algumas lacunas que podem ser reestruturadas partindo do que registramos esta pesquisa. E, assim, podemos afirmar a preocupação de ambos os documentos analisados nos aspectos da saúde humana para a vida com qualidade, com proteção e preservação à natureza e à vida humana, englobando uma visão de ser humano em sua inteireza, no mundo, junto aos outros seres.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: ESTEREÓTIPOS E PRECONCEITOS

Solange Aparecida de Souza Monteiro

Silmário Batista dos Santos

Célio Marcos Colombro Molteni

Fabricio Augusto Correa da Silva

Vaquiria Nicola Bandeira

Antonio Marcos Vanzeli

Débora Fernandez Antonon Silvestre

Melissa Camilo

Debora Cristina Machado Cornélio

DOI 10.22533/at.ed.2702001121

CAPÍTULO 2..... 15

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA REDUÇÃO DOS CASOS DO CÂNCER DE PÊNIS EM PERNAMBUCO: REVISÃO INTEGRATIVA

Simone Souza de Freitas

Amanda Dacal Neves

Ana Beatriz Sousa Nunes

Eveliny Silva Nobre

Heloise Agnes Gomes Batista da Silva

Ilka Maria de Santana

Inalda Juliani Ferreira dos Santos

Joana D'arc Tavares do Nascimento

Jeniffer Emidio de Almeida

Luis Felipe da Silva Medeiros

Marcella Brianni de Araújo Gomes

Nathalia Nascimento Gouveia

Maria Ramona da Penha Carvalho

Shelma Feitosa dos Santos

Tayanne Kettyne Silva Santos

Victor Hugo Silva de Lima

DOI 10.22533/at.ed.2702001122

CAPÍTULO 3..... 24

CONSTRUÇÃO DE UM DOCUMENTÁRIO SOBRE A CONVIVÊNCIA DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ COM FAMÍLIA

Isael Cavalcante Silva

Ivanete Silva de Sousa

Francisca Francimar Araújo Pinheiro

Maria Conceição Batista de Oliveira

Vitória Kísla Brasil Barros

Elisabeth Soares Pereira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.2702001123

CAPÍTULO 4.....	31
ADOÇÃO DE CRIANÇAS POR CASAS HOMOAFETIVOS: REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA	
Elvira Simões Barretto	
Lenilda Inácio dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.2702001124	
CAPÍTULO 5.....	44
A REPRESSÃO DO GÊNERO LEGITIMADA PELA CULTURA MILITAR: UMA VISÃO ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Ana Margareth Moreira Mendes Cosenza	
Samya Cotta Brandão Siqueira	
DOI 10.22533/at.ed.2702001125	
CAPÍTULO 6.....	57
CONSTRUCCIÓN DE IMAGEN DE GÉNERO EN EL CONTEXTO ESCOLAR Y FAMILIAR. PERCEPCIÓN DE FUNCIONARIAS DE UNA UNIVERSIDAD DE PARAGUAY	
Karen Natali Backes dos Santos	
María Victoria Zavala Saucedo	
DOI 10.22533/at.ed.2702001126	
CAPÍTULO 7.....	72
EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA DITADURA MILITAR	
Gislene Quaresma Oliva	
Maria da Luz Alves Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.2702001127	
CAPÍTULO 8.....	83
PARA ALÉM DA REPRESENTATIVIDADE: A RELEVÂNCIA DE PABLO VITTAR E LUDMILLA PARA A POPULAÇÃO LGBTQI+	
Lara Muniz Araujo	
Isabella Perrotta	
Diego Santos Vieira de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.2702001128	
CAPÍTULO 9.....	96
PARTICIPACIÓN DE LA MUJER EN CARGOS DIRECTIVOS EN UNA INSTITUCIÓN DE EDUCACIÓN SUPERIOR DE GESTIÓN PÚBLICA – CIUDAD DEL ESTE - PARAGUAY	
Karen Natali Backes dos Santos	
María Victoria Zavala Saucedo	
DOI 10.22533/at.ed.2702001129	
CAPÍTULO 10.....	107
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES E OS DESAFIOS À VISIBILIDADE	
Nelmires Ferreira da Silva	

DOI 10.22533/at.ed.27020011210

CAPÍTULO 11 118

UMA ANÁLISE DAS INTERSECCIONALIDADES A PARTIR DAS MULHERES QUE MIGRAM INTERNAMENTE PARA TRABALHAR COMO DOMÉSTICAS

Guélmer Júnior Almeida de Faria

Maria da Luz Alves Ferreira

Andrea Maria Narciso Rocha de Paula

DOI 10.22533/at.ed.27020011211

CAPÍTULO 12 130

A CONSTRUÇÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ESPAÇO DA CRECHE

Ana Rosa Costa Picanço Moreira

DOI 10.22533/at.ed.27020011212

CAPÍTULO 13 137

DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS EDUCADORES ACERCA DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS: TABUS E FORMAÇÃO

Edna Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.27020011213

SOBRE A ORGANIZADORA 149

ÍNDICE REMISSIVO 150

CAPÍTULO 5

A REPRESSÃO DO GÊNERO LEGITIMADA PELA CULTURA MILITAR: UMA VISÃO ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Data de aceite: 27/11/2020

Data de submissão: 01/11/2020

Ana Margareth Moreira Mendes Cosenza

Mestranda em Ciências Jurídicas e Sociais
UFF - Universidade Federal Fluminense
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro -RJ
<http://lattes.cnpq.br/5331728795445555>

Samya Cotta Brandão Siqueira

Pós-graduada em Direito e Gênero pela
EMERJ (*latu sensu*)
Oficial Superior da PMERJ
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro -RJ

Trabalho apresentado e publicado em anais do VII CONINTER - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, Rio de Janeiro-RJ, 12 a 16 de novembro 2018. ISSN 2316-266X, N° 7.

RESUMO: Propôs-se uma análise crítica das relações de poder na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, pelo enfoque do gênero, objetivando identificar construções sociológicas de ordem sexistas no ambiente militar, perpetuadas através da baixa institucionalização do tema, do silêncio jurídico e da invisibilidade social dos grupos de gêneros não masculinos. Desenvolver-se-á um estudo de caso numa das primeiras instituições militares a receber mulheres na atividade-fim, testando o embasamento teórico. Para tanto, a fenomenologia, o método

indutivo e um levantamento de campo com aplicação de 351 questionários, estruturados, mas com dois campos semiestruturados para enriquecimento qualitativo, revelaram múltiplas relações sujeito-objeto, evidenciando que trinta e seis anos de convívio, setenta anos da Declaração Internacional dos Direitos Humanos e vinte anos da vedação constitucional à discriminação por sexo, não impediram a cultura militar de continuar propagando visões sexistas em desfavor do ser humano profissional dentro da farda. Urge evoluir.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Mulher. Militarismo. Igualdade. Polícia.

THE REPRESSION OF GENDER LEGITIMATED BY MILITARY CULTURE: A VIEW THROUGH THE MILITARY POLICE OF RIO DE JANEIRO

ABSTRACT: It was proposed a critical analysis of the relations of power in the Military Police of the State of Rio de Janeiro, by the gender focus, to identify sexist sociological constructions in the military environment, perpetuated by the low institutionalization of the theme, the legal gap and the social invisibility of non-male genres. A case study in one of the first military institutions to receive women in the final activity, testing the theoretical basis. For this, the phenomenology, the inductive method and a field survey through 351 structured questionnaires applied, but with two semi-structured questions for qualitative enrichment, revealed different relationships between subject and object, showing that thirty-six years of living, seventy years of the International Declaration of Human Rights and twenty years of

the constitutional prohibition of gender discrimination didn't eliminate military culture's sexist visions, to the detriment of professional human inside the uniform. Evolve is urgent.

KEYWORDS: Gender. Woman. Militarism. Equality. Police.

1 | INTRODUÇÃO

A Hierarquia e disciplina definem o lugar de cada um na objetiva fila da antiguidade, a primeira estabelece a subordinação e a verticalização militares. A segunda cria o “herói”, desconecta o homem do mundo civil e o ressignifica na caserna, sem subjetividades, padronizados em coragem, resiliência e força. Tudo em prol da organização, para o cumprimento da missão, a subjugação do inimigo e o triunfo. (RIBEIRO, 2018, p.5).

Como os construtos sociais se refletem nas instituições e culturas, o militarismo, assim como as organizações civis, absorveu os valores e costumes de seu tempo, replicando-os em códigos de agir e cultura. (SIMMEL, 2006, p.21).

No entanto, a doutrina militar isola os seus do mundo comum, tal qual sistemas fechados autônomos que não precisam se voltar para o exterior. Assim, as transformações sociais externas demoram-se a atualizar a cultura militar que, apegada à tradição, mantém-se como um relógio atrasado, sempre num tempo anterior ao atual. Atualizadas pelas mudanças na ordem sexista nos mercados de trabalho, as demais organizações (família, religião, governo) se tornaram mistas, diferente da caserna que ficou sob dominação masculina. Verifica-se que os ingressos femininos sistemáticos se iniciaram, por pressão da sociedade civil. (BOURDIEN, 1999, p.9; BRASIL. CRFB, 1988, art.3º, inc.IV, art.5º, inc.I; WEBER, 1982, p.466).

Resistindo à integração de gênero, a cultura militar iniciou a abertura de acesso às suas atividades finalística, mas, criou cotas restritivas, um limite máximo de vagas para mulheres, a cada concurso, com base em suposta falta de resistência física. Mesma dificuldade sobre direitos decorrentes das variações de gêneros que, relegadas ao silêncio jurídico clamam por reconhecimento institucional, nota-se. (GIANNINI, et. al., 2017, p.25; RIBEIRO, 2018, p.5).

Assim, objetiva-se aferir os níveis de participação por gênero nas políticas e estratégias organizacionais; nos cargos de comando e nas funções operacionais e, principalmente, na construção de espaços democráticos de discurso, essenciais a um Estado de Direito. Para tanto, realizou-se um estudo de caso, onde a fenomenologia, o método indutivo e a escala de Likert permitiram identificar como o impacto do fator gênero nas relações de trabalho e poder é percebido na instituição alvo. Usou-se questionários mistos, descritivos e de preferências. (BERMUDES,

2 | EMBASAMENTO TEÓRICO

Não há no Direito nacional, ante os setenta anos da Declaração Internacional dos Direitos do Homem, argumentos pró-discriminação por sexo e gênero. Embora vedada pela constituição, a realidade dos fatos sociais é outra, porque nenhuma letra de lei define o agir dos indivíduos. Podem respeitá-las ou transgredí-las, sob risco de responsabilização. A conduta não é criminalizada, fato que não a legaliza. (BRASIL, 1988. CRFB, art.3º, inc.IV, art.5º, *caput*, inc.I).

A alteração da divisão sexista dos papéis sociais, por questão de dignidade e liberdade foi iniciada pelos movimentos feministas e seguida pelos de diversidade de gêneros. Espaço social, mercados de trabalho e liberdade para se relacionar e formar famílias são algumas das reivindicações. (BOURDIEU, 1999, p.9; BUTLER, 2003, p.58 e 70; BIROLI, 2018, p.115-117).

Verifica-se que as diferenças sexuais se refletiram nos institutos sociais e que cada pessoa é um misto de atributos individuais e preceitos recebidos por tradição. Ou seja, nem todo pensamento foi livremente formulado, podendo se tratar de pressupostos tomados da tradição cultural, os quais são, impensadamente, absorvidos como verdadeiros. Dentre essas preconceções, estão as relativas aos gêneros. (BIROLI, 2018, p.118; BOURDIEU, 1999, p.7, 9).

Um segundo ponto está na divisão binária (masculino e feminino) dos papéis sociais e da sexualidade. Judith Butler (2003, p.27-28), analisando teorias feministas, desenvolve com propriedade a inexistência do sujeito mulher, uno. Haveria uma dicotomia entre o sexo, fato biológico, e o gênero, essência pessoal culturalmente construída, não vinculantes. Observam-se, assim, infundáveis variações de gêneros possíveis, para além do referido sexismo binário. (KÜCHEMANN, et. al., 2015 *apud* RIBEIRO, 2018, p.3).

Bourdieu (1999, p.9, 43-44) evidencia a dominação masculina como uma “violência simbólica”, porque ela cria significados que serão tomados como verdades culturais legítimas. Perpetuam a supremacia masculina e disfarçam a dominação, inquestionável como um dogma, posto que é impensadamente absorvida. Verifica-se, assim que atos discriminatórios são herdados e retransmitidos até mesmo pelos sujeitos segregados. (WEBER, 1982, p.466).

Por fim, relembra-se que as culturas decorrem do agir dos indivíduos, uns sobre os outros, sendo, cada ser, um resultado de todas essas interações, excedendo singularidades pessoais. Os membros modificam-se, uns aos outros, eternamente, de modo que uma mudança de cultura organizacional depende da inclusão de novas subjetividades distintas da objetiva dominante. Logo, é preciso

conviver na diversidade para ressignificar o coletivo. (SIMMEL, 2006, p.21).

De onde se concluir que a Cultura Militar se replica e se renova, pela relação entre cultura objetiva e subjetiva de seus membros. Como é típico da cultura ganhar vida própria e resistir às mudanças devido a inquestionável tradição, verificou-se que a militar segue tentando legitimar a repressão dos gêneros não masculinos, mesmo em tempos de isonomia. (BRASIL, 1988. CRFB, art.5º, *caput*, inc.I; FOUCAULT, 1988, p.100; SIMMEL, 2006, p.3; 21).

2.1 A cultura militar sob o enfoque do gênero

O ambiente militar misto, no Brasil, decorreu de pressão externa para a presença das mulheres e não por interesse do militarismo. As iniciais vagas complementares mais serviram à prestação de contas ante o inegável cenário de dominação masculina nas profissões militares. Desenvolveu-se a ideia de que eram necessárias para serviços assistenciais a grupos especiais: crianças, idosos e outras mulheres, formulando-se, assim, qual seria o papel da mulher. Sensíveis e maternais, eram excelentes para organizar cerimônias, comunicação social e representação. Seguindo esta filosofia criaram-se os corpos e pelotões femininos nas Polícias Militares. (RIBEIRO, 2018, p.2).

Embora as mulheres sejam aprovadas em concursos que incluem teste de aptidão física (TAF), composto por exercícios, padrões e número de repetições definidos pelas próprias instituições militares, esta ideologia insiste em negar que elas possuem a força física necessária para o cargo. Incoerentemente, as Organizações negam tais critérios de aferição objetiva com base no senso comum, não racional, de as mulheres não terem resistência física. (SENASP, 2013, p.62-63).

Essa cultura militar se posiciona tecnicamente sobre pressuposições que generalizam toda mulher num estereótipo de “sexo frágil”, para fundamentar cotas limitativas, cargos e funções operacionais, e, por consequência, às respectivas gratificações. Ignoram as participações femininas nos esportes, inclusive em lutas corporais e nos de força, as halterofilistas. A mulher, hoje, pratica exercícios, tem alimentação e acompanhamento médico para ganho de massa, força e condicionamento. Basta exigí-los nos índices dos TAF(s) de ingresso ou trabalhar, após, pelo seu desenvolvimento. Como tais restrições só se admitem por exigências do cargo e gênero não é atributo de cargo algum, é notório que há arbitrariedades. (BRASIL, 1988. CRFB, art.37, inc.II; FOUCAULT, 1979, p.230-231; FOUCAULT, 1988, p.98; 131-132; RIBEIRO, 2018, p.5; SENASP, 2013, p.33-35; 62-63).

De ordem biológica, menstruação, tensão pré-menstrual (TPM) e maior necessidade de higiene que os homens, são lembradas. Como se isso levasse à ausência no trabalho ou se a falta de higiene, longos períodos de privação alimentar e pressão emocional também não afetassem os homens. Afinal, estresse ocupacional

não é privilégio de mulher. (DIAS, 2014, p.162; FOUCAULT, 1988, p.98; GIANNINI, et. al., 2018, p.25; SENASP, 2013, p.38).

A gravidez também é listada e apontada por causar grandes prejuízos. Mas, verifica-se a tendência de queda da taxa de fecundidade de 1,77 filhos por mulher para 1,66 como prova de que as brasileiras controlam a natalidade; que aumentar a família eleva gastos e que o planejamento familiar é uma realidade no país, principalmente entre mulheres escolarizadas e aprovadas em concursos públicos militares. (DIAS, 2014, p.162; FOUCAULT, 1988, p.98-99; IBGE, 2018).

Percebe-se a exaltação ao masculino em normativos que reprimem estereótipos femininos com excessiva regulação da intimidade, extrapolando a impessoalidade e a finalidade pública dos atos administrativos, por tradições arcaicas, não legitimadas. Cor de tintura de cabelo, maquiagem, esmalte, corte de cabelo ao entrar, dentre outras masculinizações à mulher, semelhantes a uma vingança por invasão territorial. (FOUCAULT, 1979, p.145-148; 230-231; 252-253; FOUCAULT, 1988, p.110-117; 131-132; GIANNINI, et. al., 2018, p.38)

Tais rótulos de significância, reafirmam a “violência simbólica masculina”, desvaloriza os demais gêneros e legitima condutas discriminatórias, roubando das organizações militares boas oportunidades presenciar superação física, ícones de estratégia, liderança, destreza, profissionalismo e humanidade. (BORDIEU, 1999, p.9; FOUCAULT, 1979, p.230-231; 252-253; 268-269).

Quanto aos argumentos de que a vida militar é incompatível com a famosa dupla, ou triplas jornadas de familiar da mulher, motivo pela qual esta não poderia embarcar por longos períodos ou ser transferida para unidades distantes, carece fugir do romantismo. Questões familiares acometem pessoas de qualquer gênero. Quanto à alegada dificuldade da Marinha para o embarque feminino, apenas se comunica que as mulheres na Marinha Mercante, desde 1998, estão embarcadas e comandam navios desde 2016. São barreiras reais baseadas em pressuposições generalizadas à todas as mulheres. (BIROLI, 2018, p.65-67; 115-119; FOUCAULT, 1979, p. 269; SENASP, 2013, p.37; 47-48; TRANSPETRO, 2016).

A configuração da família mudou, são recompostas, homoafetivas, monoparentais, afetivas, independe de sexo ou de laços sanguíneos. Destacam-se, ainda, a guarda compartilhada, pais solteiros, mães processadas por abandono de menor, pais participativos, divisão mais igualitária das tarefas domésticas ou inversão dos tradicionais papéis sociais binários, mulheres que adiaram ou abriram mão da maternidade e as creches infantis. Ao ganhar o mercado de trabalho, a mulher estruturou seu afastamento do lar, não cabendo ao ente definir o destino e o plano familiar de seus servidores. É decisão pessoal e não generalizável. (BRASIL, 1988. CRFB, art.266; BIROLI, 2018, p. 65-69; 114-116; SENASP, 2013, p.47-48).

Por fim, a Caserna sufoca gêneros desviantes dos padrões heterossexuais,

tratando-os como indisciplina ou doença limitadora da capacidade laborativa para a caserna, ensejando processos de reforma compulsória, ante diagnósticos de “transexualismo”, independente de cirurgia de redesignação sexual. Tudo por não haver mulheres no quadro do servidor. Impedimento que não existiria se as carreiras finalísticas já estivessem abertas às mulheres, a exemplo da Polícia Militar do Rio de Janeiro que conta com transgêneros em seu efetivo, com aval da justiça, conforme esta pesquisa de campo levantou. (FOUCAULT, 1988, p.105-119; 131-132; RODAS, 2018; SENASP, 2013, p.48).

Destaca-se a recente exigência editalícia de masculinidade a candidatos de ambos os sexos, como requisito psicológico para o concurso de oficial da Polícia Militar do Paraná, corrigida após repercussão midiática negativa. E finaliza-se reconhecendo que, em resistência passiva às sócio-culturas relativas a essa diversidade sexual, as quais sequer são institucionalmente discutidas, impõe-se o silêncio jurídico e a invisibilidade social. (BORDIEU, 1999, p.7; BUTLER, 2003, p.104; FOUCAULT, 1979, p.253; 268-269; RODAS, 2018; Rio de Janeiro, 1986. Decreto nº 8.898, art.6º; PMPR, 2018).

3 | METODOLOGIA

Para testar a hipótese de ser o ambiente militar próprio a repressão de manifestações e participação de gêneros não masculinos, selecionou-se a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro para estudo de caso. Uma população representativa de um ambiente militar misto em gênero, a 36 anos. Por óbvio, as demais variações de gênero também estão e sempre estiveram presentes, na intimidade privada do servidor, na amostra. (TRIVIÑOS, 1987, p.111).

Foram entrevistadas 206 praças e 145 oficiais, através de 351 questionários estruturados, com uso da escala de Likert e de duas questões semiestruturadas para coleta qualitativa de experiências e opiniões. A interpretação segue a fenomenologia, com foco nas contradições entre teoria, leis, oficial e real. E a análise crítica positivista tratou de desconstruir fundamentos repressores de gêneros minoritários, abrindo a questão a novos argumentos. Uma pesquisa qualitativa, sobre uma amostra intencional, explicativa de fatos sócio-jurídicos. (CUNHA, *apud* BERMUDEZ, 2016, p.16; TRIVIÑOS, 1987, p.35, 36, 43, 46, 109 - 111).

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

As instituições militares brasileiras iniciaram timidamente a abertura de seus portões às mulheres. Mormente, optaram por definir um espaço específico para a atuação do novo gênero, engajando-as nos quadros complementares ou em funções específicas, ficando a atividade finalística reservada aos homens.

Nessas condições, a primeira a receber mulheres foi a Marinha, em 1980, com a criação do Corpo Auxiliar Feminino de Reserva. Após trinta e quatro anos, ingressaram na Escola Naval, no corpo de intendência da Armada, mantendo-as na atividade-meio de logística. A Aeronáutica criou, em 1982, seu Corpo Feminino de Reserva e, em 1996, permitiu acesso aos quadros de oficiais intendentes e de Engenharia Aeroespacial. Nesse meio tempo, em 1992, o Exército as recebeu em sua Escola de Administração; em 1997, ingressaram no Instituto Militar de Engenharia; em 2001, no Curso de Formação de Sargentos da Saúde e, em 2017 nos quadros de Intendência e Material Bélico. (GIANNINI, et. al., 2017, p.13-15).

Na atividade-fim, a primeira a aceitar mulheres foi a Aeronáutica, admitindo aviadoras em 2003, não sendo admitidas na Infantaria até hoje. Somente em 2017, a Marinha abriu seus quadros finalísticos a elas, além de abrir-lhes sua escola preparatória de cadetes, assim como fez a Aeronáutica. (GIANNINI, et. al., 2017, p.13-15).

Força	Efetivo Total	Efetivo Feminino	Percentual de mulheres (%)
Aeronáutica	67946	10192	15%
Marinha	58069	7549	13%
Exército	202750	8110	4%
Total	328765	25851	7,7876%

Tabela 1. Efetivos femininos nas Forças Armadas – 2016

Fonte: GIANNINI; FOLLY; LIMA, 2017, p.17.

Nas Forças Policiais e Corpos de Bombeiro Militares este quadro de décimos percentuais permanece. De início, foram criados quadros femininos para elas, de modo que eram aplicadas em atividades específicas, não finalísticas. Com o tempo, os Estados foram eliminando a separação de quadros, alcançando funções operacionais. (RIBEIRO, 2018, p.2).

Instituições Estaduais	Polícias Militares			Corpos de Bombeiros Militares		
	Feminino	(%)	Efetivo Total	Feminino	(%)	Efetivo Total
AC	216	8,31	2.599	12	4	319
AL	720	9,87	7.294	175	14	1.272
AM	1.068	11,62	9.190	27	5	529
AP	629	16,72	3.762	258	25	1.037
BA	4.322	13,74	31.447	426	19	2.242
CE	424	2,99	14.181	20	1	1.537
DF	905	6,68	13.546	464	8	5.908
ES	979	12,58	7.781	129	11	1.214
GO	901	7,50	12.012	226	8	2.684
MA	598	8,16	7.329	48	4	1.150
MG	3.664	8,39	43.649	446	8	5.355
MS	426	8,02	5.315	84	7	1.291
MT	596	8,74	6.823	48	5	963
PA	1.796	12,58	14.271	113	4	3.050
PB	699	7,33	9.536	104	9	1.216
PE	1.849	9,71	19.048	199	7	2.872
PI	371	6,36	5.831	22	6	362
PR	1.362	8,58	15.875	79	2	3.324
RJ	3.709	8,46	43.848	4	1	669
RO	334	8,64	3.866	61	9	644
RR	210	14,87	1.412	50	18	279
RS	2.824	11,73	24.072	85	3	2.889
SC	901	8,26	10.910	92	4	2.490
SE	310	6,39	4.854	73	12	632
SP	8.922	10,05	88.772	291	3	8.925
TO	481	12,00	4.010	51	12	433
Total	39.216	9,54	411.233	3.587	7	53.286

Tabela 2. Efetivo feminino nas organizações militares estaduais do Brasil - 2012

Fonte: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. SENASP, 2012.

Este sofrimento numérico é aumentado pelas cotas máximas para mulheres nos concursos. Nas forças armadas, a legislação mantém o teto em até 10% das vagas, variando por Estado nas forças auxiliares. Prática que representa a formalização da desigualdade de gênero e é muito judicializada. No entanto, entre fundamentos genéricos de falta de força física, o senso comum, a especificidade militar e a não limitação da isonomia, tem prevalecido que somente caberão mediante justificativa e previsão em lei. (BRASIL, 1988. CRFB, art.3º, inc.IV, art.5º,

inc.III, art.37, inc.II, art.179, inc.XIV; Brasil, 2017, p.450-463).

4.1 Uma visão através da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (estudo de caso)

Trata-se de uma instituição ideal para análise pois conta com 36 anos de ambiente misto, admitindo-se o emprego da mulher na atividade fim desde o primeiro ingresso. É mais propenso a discursos igualitários do que outras recém-abertas às mulheres, ou que as limitam às atividades-meio. De um efetivo total de 4.482 policiais femininas, 54,54% estão lotadas em unidades operacionais: batalhões, unidades de polícia pacificadora (UPP) e em policiamentos especiais como o de Contenção de Distúrbios Cíveis, de Polícia Montada (Cavalaria) e o Aeromóvel, inclusive contando com pilotos femininos. (PMERJ, 2017).

De 128 cargos de alto comando, somente 13 estão sob gestão de Coronéis e Tenentes-coronéis femininas, dentre elas, apenas 5 são operacionais, revelando desigualdade no acesso e divisão sexual do trabalho. Nessa linha, 27,9% reportou ter tomado conhecimento de pelo menos uma mulher ou homossexual que tenham sido preteridos a homens para assunção de função de comando, missão ou posto, unicamente, devido ao gênero. Dos 74 registros destacam-se negativas de funções de Comando e Subcomando de Unidade, Comando de Companhia Operacional, comando de tropa em operação policial, chefia de guarnição, motorista, viagens para curso, promoções por merecimento e uma vaga negada posto que o homossexualismo evidente fora considerado como um inconveniente para atendimento ao público. São relatos de casos em que a competência, o conhecimento e as habilidades não prevaleceram.

Mas perguntado se a mulher não deveria desempenhar comando operacional, 62,1% discordaram totalmente, verificando-se uma tendência de percepção nesse sentido, em 92,3%. Hoje são cerca de 1003 oficiais e 3479 praças. Nas UPP(s), 757 mulheres atuam diretamente na polícia ostensiva de proximidade, ao contrário da visão machista, essas aqui “sobem o morro” e trabalham em áreas sob constante ameaça de crime. Provando que força e resistência ligam-se a condicionamento físico e emocional, não ao gênero. (PMERJ, 2017).

Apenas 15,5% está em unidades administrativas (584 policiais), trabalham na atividade-meio e acumulam serviço operacional extra. Ser lotada em uma unidade operacional não impede de ser designada para serviços administrativos. Das 107 entrevistadas, apenas 22 exerciam prioritariamente atividade operacional. Sobre isto, 27,9% dos entrevistados admitiu haver direcionamento de mulheres a postos operacionais “mais tranquilos” e 9,1% admitiu que esta seleção informal se dá pela cultura masculina de proteção do gênero feminino. Fato que se alinha aos 25,1% que reportaram o costume de as mulheres serem escaladas em dupla com um masculino. Felizmente, a maioria, 42,5% relatou que as mulheres são regularmente

escaladas, conforme a antiguidade, sem protecionismos. Denotando tratamento militar profissional.

De uma lista com as principais funções realizadas num batalhão operacional, foi pedida a marcação daquelas em que as mulheres são, comumente, encontradas. Mais uma vez as administrativas (de 1 a 8) se sobressaltaram às operacionais (de 9 a 14).

Legenda	FUNÇÃO	QDE
1	Comandante de Patamo	15
2	Chefe de posto (DPO, PPC, PPRv, PPMA e etc)	66
3	Chefe da P/2 (Inteligência)	87
4	Comandante de Rádio Patrulha	91
5	Chefe da Reserva de Material Bélico	95
6	Comandante da Guarda do Quartel	103
7	Chefe da P/3 (Planejamento de Operações)	134
8	Comandante de Companhia Destacada	135
9	Chefe da P/4 (Logística)	181
10	Chefe da P/1 (Seção de Pessoal)	206
11	Chefe do Aproveitamento (Cozinha e Despensa)	209
12	Chefe da Ssjd (Correcional)	227
13	Chefe da sala de operações (Central de rádio)	250
14	Chefe da P/5 (Relações Públicas)	275

Tabela 3 – Percepção da divisão sexual do trabalho na PMERJ

Fonte: Levantamento de Campo, 2018.

Por fim, sobre a construção de um ambiente organizacional democrático, aberto à discussão inclusiva dos gêneros não masculinos, as 13 perguntas formuladas permitem concluir que somente a previsão legal de igualdade deveria bastar, mas não resolve o problema, conforme 69% dos entrevistados; que é preciso incentivar a igualdade, tanto no ambiente de trabalho, conforme 70,9% da amostra, quanto no atendimento às ocorrências policiais, segundo 53,3%; bem como incentivar a capacitação no atendimento especializado a vítimas de violência doméstica, 49,8%.

Sobre atendimento às necessidades específicas das mulheres e de homossexuais (identidade sexual intergênera e transgênera), 71,8% acreditam que a instituição precisa se preocupar e incentivar que elas apresentem demandas para análise, nesse sentido, com destaque para coletes balísticos femininos, banheiros e creches. 82,6% asseveram a mesma opinião quanto aos homossexuais. A pesquisa destacou, principalmente, a necessidade de procedimentos administrativos ligados

à formação de família homoafetiva e direitos decorrentes como núpcias, luto, dependência previdenciária, maternidade e adoção. (SENASP, 2013, p.38; 64-72).

Para tanto, 73,5% não reconhecem políticas de pessoal que aumentem a disponibilidade da mulher para o trabalho: saúde, jornada de trabalho e outras estruturas, aproveitando a percepção de haver boa representatividade da mulher nas decisões estratégicas da Corporação, conforme 68,9%. 85,3% não visualiza desenvolvimento de políticas de pessoal para homossexuais e 84,9% não percebem representação dessas necessidades nas decisões institucionais. Considerando os comentários registrados, nenhum tratamento preferencial é solicitado pelos gêneros não masculinos, apenas que fossem reconhecidos pelo mérito profissional e antiguidade, além de respeito enquanto pessoas, o que pode ser compreendido como um pleito de basta à invisibilidade sociojurídica.

5 | CONCLUSÃO

Diante do exposto, fica notória a fragilidade dos argumentos sexistas apregoados pela cultura militar brasileira. O senso comum e generalizações a partir de rótulos não devem limitar o labor da mulher ou negar a capacidade produtiva de homossexuais para a Corporação Militar. Essa reserva de mercado aos homens heterossexuais aumenta desigualdades e inflige desnecessário sofrimento à autoestima dos gêneros reprimidos, em prejuízo do alcance dos resultados institucionais e do interesse público.

Os dados levantados na pesquisa de campo, refletem uma realidade vivida em termos nacionais. Quando revisados os cenários de outras instituições de Segurança Pública, a falta de atenção com estruturas sanitárias, alojamentos, equipamentos de proteção adaptados e políticas de pessoal em prol de integração e isonomia entre gêneros, tornam-se políticas de limitação de acesso às funções, cargos, lotações e promoções (teto de vidro), convenientemente mantidas. (SENASP, 2013, p.37-38; 50-51; 59-63; 65-70).

Urge a criação de espaços institucionais para discutir a discriminação e os gêneros, nos quais as diferenças possam ser dialogadas com racionalidade e não por filosofias impostas. Afinal, superar a diversidade é o desafio do militar. Ninguém fica para trás! (HABERMAS, 1997, p.246-247).

REFERÊNCIAS

BERMUDES, Wanderson Lyrio. et al. Tipos de escalas utilizadas em pesquisas e suas aplicações. **Vértices**, Campos de os Goytacazes/RJ, v.18, n.2, p. 7-20, maio/ago. 2016. Disponível em: < <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v18n216-01> > Acesso em: 05 Nov. 2019.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 25 Jul. 2020.

BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Apelação Cível nº: 0165062-02.2014.8.19.0001. Apelante: Mariana Bittencourt Manoel. Apelado: Estado do Rio de Janeiro. Relator: Des. Eduardo Gusmão Alves de Brito Neto. Rio de Janeiro, RJ, 19 de setembro de 2017, **Diário de Justiça**, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2017, p.450/463. Disponível em: <<http://www1.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx?UZIP=1&GEDID=0004D121580B838CC5850BCF0FD9883613EBC50703311803&USER=>>> Acesso em 20 Out. 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIAS, Luciana de Oliveira; ROSA, Fabrício Silva. Polícia tem gênero? Algumas reflexões sobre mulheres e feminino na segurança pública brasileira. **Revista Ártemis**, vol. XVIII nº 1; jul-dez, 2014. pp. 160-171. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/22543>> Acesso em: 27 Out. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. (Org.) Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria T. da C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GIANNINI, Renata Avelar; FOLLY, Maiara; LIMA, Mariana Fonseca. **Situações extraordinárias**: a entrada de mulheres na linha de frente das Forças Armadas brasileiras. Artigo estratégico 27. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, Ago. 2017. Disponível em: <<https://igarape.org.br/release-papel-feminino-nas-forcas-armadas-nao-e-consenso-mostra-pesquisa-inedita/>> Acesso em 01 Nov. 2018.

HABERMAS, J. **Direto e Democracia**: entre facticidade e validade. Vol. II, 1929. Tradução de Flávio B. Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Projeção da População 2018**: número de habitantes do país deve parar de crescer em 2047, 25 de jul. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_media/ibge/arquivos/d59695440bbc3acfe1e1a56b9c14d8.xls> Acesso em: 27 Out. 2018.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Edital nº1 – CADETE PMPR-2019**. Disponível em: <<http://portal.nc.ufpr.br/PortalNC/Concurso?concurso=CFO2019>> Acesso em: 15 Ago. 2018.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Força feminina na polícia militar**: corporação conta com 4.482 mulheres. 08 Mar. 2017. Disponível em: <http://www.pmerj.rj.gov>.

br/2017/03/forca-feminina-na-policia-militar-corporacao-conta-com-4-482-mulheres/ Acesso em: 04 Ago.2018.

RIBEIRO, Ludmila. Polícia Militar é lugar de mulher? **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.26, n.1, e43413, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2018v26n143413>> Acesso em: 27 Out. 2018.

RODAS, Sérgio. **TRF-2 mantém decisão que proíbe reforma de militar transexual da Marinha**, 12 Jun. 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-jun-12/trf-mantem-decisao-proibe-reforma-militar-transexual>> Acesso em: 25 Out. 2018.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Pesquisa perfil das instituições de segurança pública 2013 (ano-base 2012)**. FIGUEIREDO, I. S. de (Coord.), BAPTISTA, G. C. (Coord.). Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2014. Disponível em:< https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/senasp/anexos/pesquisa-perfil-2013_ano-base_2012.pdf> Acesso em: 20 Ago. 2020.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Mulheres nas instituições de segurança pública**: estudo técnico nacional. VASCONCELOS, T. S. (Cord.). Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos_diversos/4mulheres-na-seguranca-publica.pdf> Acesso em: 30 Out. 2020.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: Individuo e sociedade. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

TRANSPETRO. **Primeira mulher comandante da Marinha Mercante do Brasil recebe prêmio internacional**, 2 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.portalmaritimo.com/2018/03/08/nelsiane-mulher-a-bordo/>> Acesso em: 9 Nov. 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Autonomia 22, 107, 109, 113, 114, 115, 116, 144

C

Câncer de pênis 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23

Creche 130, 131, 133, 134, 135

Criança 32, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 42, 87, 130, 135, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148

Cuidados de enfermagem 16

D

Desigualdades 10, 37, 41, 54, 55, 60, 73, 77, 106, 113, 118, 119, 121, 122, 125, 126, 127, 135

Ditadura Militar 72, 73, 75, 76, 77, 80

Diversidade sexual 2, 1, 10, 26, 30, 32, 42, 49

E

Educação 2, 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 27, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 39, 41, 42, 56, 109, 111, 112, 117, 124, 131, 133, 135, 136, 141, 143, 146, 147, 149

Educação em saúde 15, 16, 18, 20, 21, 22

Educadores 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

Educandos 137, 140, 147

Enfermagem 7, 9, 16, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 124

Escola 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 12, 14, 31, 32, 36, 39, 41, 42, 50, 83, 87, 131, 136, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

F

Família 6, 22, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 48, 54, 75, 84, 87, 110, 111, 113, 116, 117, 125, 126, 132, 138, 141, 142, 143, 144, 146

Família contemporânea 31

Feminismo 42, 55, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 92

G

Gênero 2, 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 55, 72, 76, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 87, 89, 90, 91, 94, 95, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 138

I

Igualdade 4, 10, 12, 44, 53, 74, 78, 79, 112, 113, 114, 135

Interseccionalidades 118, 122, 124, 127, 129

L

LGBTQIA+ 24, 25, 26, 27, 28, 29

Liberdade 13, 35, 46, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 92

Ludmilla 83, 84, 85, 88, 89, 91, 92, 94

M

Migrações rurais-urbanas 118, 122, 124

Militarismo 44, 45, 47

Modelo de parentalidade 31

Mulher 7, 8, 14, 37, 38, 41, 44, 46, 47, 48, 52, 54, 56, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 87, 90, 92, 94, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 121, 125, 126, 127

Mulheres 3, 6, 7, 8, 13, 14, 28, 38, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 94, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129

O

Opressão 26, 35, 72, 75, 76, 77, 78, 81, 95, 110, 113, 125, 127, 138

Organização espacial 130

P

Pablo Vittar 83, 84, 85, 88, 89, 90, 94

Polícia 44, 49, 52, 55, 56

Políticas públicas 78, 79, 81, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117

População LGBTQIA+ 83

R

Relações de gênero 1, 7, 10, 11, 31, 80, 120, 121

Representatividade 54, 83, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

Resistência 45, 47, 49, 52, 72, 77, 79, 80, 81, 85, 86, 108, 145

S

Sexualidade 2, 1, 7, 10, 30, 32, 33, 34, 36, 39, 41, 42, 46, 55, 86, 87, 91, 95, 125, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 145, 146, 149

T

Tabus 1, 22, 137, 139, 140, 145, 146

Trabalho doméstico 110, 111, 113, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 127, 128, 129

V

Violência sexual 77, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148

Visibilidade 10, 23, 107, 109, 116, 121, 127

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

www.arenaeditora.com.br 

contato@arenaeditora.com.br 

[@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora) 

www.facebook.com/arenaeditora.com.br 